

Montoro podia, mas também não investiu

Embora tenha cortado 4% dos gastos do Estado com Educação, Orestes Quércia não foi o governador que entregou a menor fatia do bolo orçamentário ao ensino público nos últimos dez anos. Essa façanha pouco confortável coube a Franco Montoro, titular de um governo que atravessou um período in-comum da economia brasileira.

Em 86, Montoro aplicou 24,6% da receita tributária em Educação. Esse foi o menor índice entre 79 e 88. Paradoxalmente, entretanto, aquele foi o ano em que a Secretaria da Educação mais gastou em termos reais, no setor. A contradição se explica pelo Plano Cruzado, que, ao congelar preços e provocar a queda das taxas de juros, provocou um aquecimento do comércio. O resultado de muitas compras no varejo foi a maior arrecadação bruta de ICM da história de São Paulo.

GANHO REAL

“Mesmo tendo destinado ao ensino uma fatia menor do orçamento, o governo Montoro gastou naquele ano em termos reais, 20% a mais do que o governo Maluf aplicou em 81, por

exemplo”, defende Paulo Renato Costa Souza, secretário da Educação na época. “Em 86, tivemos ganhos reais no salário”, testemunha a professora Eliana Zago, então diretora da Apeoesp, o sindicato dos professores.

“No entanto, se mantivesse a média de 28% da receita tributária com educação, em 86, Montoro poderia ter devolvido à escola pública um padrão de qualidade que ela perdeu há mais de 25 anos”, acusa Eliana. Se o excesso de arrecadação serviu como justificativa para o governo Montoro aplicar menos na Educação, o mesmo não se pode dizer do corte feito em 88.

De acordo com levantamento do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese), a arrecadação tributária do Estado praticamente não se alterou entre 87 e 88 em termos reais. Logo, o corte de quatro pontos percentuais nos gastos com ensino público em 88 teve reflexos diretos sobre as escolas públicas — na forma de redução de salários e no lento ritmo de construções escolares.